**CÂNCER DE COLO DE ÚTERO EM TRANSSEXUAIS E LÉSBICAS: UMA REVISÃO NARRATIVA**

## **Autores:** Raquel Alves de Oliveira¹, Anne Santiago do Nascimento², Ana Karen de Sousa Alves**²**, Victórya Suéllen Maciel Abreu² , Samila Gomes Ribeiro³.

**Instituições:** 1- Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará. Brasil. Apresentadora. 2- Acadêmicas do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará. Brasil. 3- Enfermeira. Docente da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará. Brasil. Orientadora.

O acesso aos serviços de saúde ainda se mostra excludente para alguns grupos minoritários, como a população lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT) (NEGREIROS *et al* 2018). A realização de exames preventivos torna-se um desafio para detecção precoce do Câncer de Colo do útero. Objetiva-se analisar, na literatura, questões relacionadas ao câncer de colo de útero em mulheres lésbicas e público transsexual. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada em agosto de 2019, no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando as palavras-chave: cervical cancer, gays e lesbians, usando o booleano AND. A fim de obter uma maior quantidade de resultados, utilizou-se a linguagem controlada mais a linguagem natural no levantamento bibliográfico, sendo realizado na plataforma *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Foram incluídos os artigos na íntegra, em português, com temática relacionada ao câncer de colo do útero. Segundo Albuquerque (2013), o preconceito ou mesmo a falta de capacitação dos profissionais para atender as especificidades da população LGBT, dificulta o acesso aos serviços, ressalta-se que a relação profissional/usuário é crucial para a qualidade da assistência em saúde. No entanto, o que pode ser visto é uma fragilidade de comunicação em relação às questões acerca da sexualidade, visto que, elas são omitidas, perdendo-se oportunidades para realizar uma efetiva promoção à saúde. Deve-se conhecer o histórico adequadamente, com os possíveis fatores de risco e fragilidades do paciente, o que inclui a identificação da sua orientação sexual. Com relação à prática sexual entre mulheres, deve ser considerada a inexistência de métodos de barreira, além de práticas como o tribadismo, o sexo oral, a penetração e até mesmo a manipulação genital, que deveriam estar sob vigilância e inspirar cuidados por tornarem esse público vulnerável a contrair infecções sexualmente transmissíveis, como a pelo HPV (ALMEIDA, 2019). Nota-se também a desinformação sobre as formas de prevenção e transmissão do HPV (BERTOLIN, 2010). Nesta perspectiva, o Ministério da Saúde vem abrangendo-o em suas políticas públicas de saúde, em que destacam-se o Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e Discriminação contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais (GLTB) e de Promoção da cidadania Homossexual, e a Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Dessa forma, o atendimento em saúde deve ser pautado nos aspectos éticos e respeito a cada paciente, é preciso incentivar que as políticas públicas existentes para as minorias sexuais sejam respeitadas. Ademais, mais pesquisas nessa temática são necessárias para aumentar as evidências científicas sobre a importância do cuidado, especialmente devido à singularidade das necessidades de saúde de tal grupo.

Descritores:Neoplasias do Colo do Útero; LGBT; Minorias sexuais e de gênero.